

**Ao Ilmo. Pregoeiro do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da  
Coordenação Geral de Licitações e Contratos - CGLIC**

**Ref. Edital de Licitação nº 20/2024 / Pregão Eletrônico nº 90008/2024**

**ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, CNPJ  
n.º 11.774.942/0001-43, tendo sede na Rua Edgar Pinho Filho, 360,  
bairro Vila União, na cidade de Fortaleza/CE, vem, por meio do seu  
representante legal, interpor **RECURSO** contra decisão do  
Pregoeiro pelos fatos e fundamentos a seguir descritos.

### **1 DA TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o disposto no art. 165, inciso I, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, o prazo para interpor recurso contra ato de habilitação ou inabilitação de licitante é de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata. Considerando o início deste prazo recursal no dia 26 de setembro de 2024, o recurso é tempestivo.

### **2 DOS FATOS**

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Coordenação Geral de Licitações e Contratos - CGLIC, está realizando procedimento licitatório na modalidade Pregão, no sistema Eletrônico, sob o nº 90008/2024, no qual objetiva a “prestação do serviço de Secretariado nas categorias de Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo, Secretariado Executivo Bilíngue, Encarregado Geral e Técnico em Arquivo, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão

de obra conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos”.

No dia 24 de setembro de 2024, a rodada de lances foi aberta. Após o recebimento das propostas, a sessão foi suspensa e reaberta em dias posteriores, com a classificação, desclassificação, habilitação e inhabilitação de licitantes, culminando com a classificação e habilitação da empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA., no dia 26 de setembro de 2024.

Foram identificados pela empresa Recorrente diversos erros nos documentos apresentados pela empresa declarada vencedora do certame pelo Ilmo. Pregoeiro, o que deve ser revisto pelos motivos que passaremos a expor.

### 3 DO MÉRITO

#### 3.1. Da Tabela Resumo do Recurso

Análise	Motivo	Fundamento
Proposta de Preços	Ausência de Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado	Descumprimento do item 4.16 “a.2” do Edital; e 8.36 “a.2” do Termo de Referência
	Ausência de comprovação nas alíquotas utilizadas para PIS e COFINS	Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e Orientações do Portal de Compras do Governo Federal <sup>1</sup>
Habilitação	Ausência de Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios	Descumprimento do Item 8.22 do Termo de Referência

<sup>1</sup> Ver em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>

	Ausência de Demonstrativo dos Índices dos dois últimos exercícios	Descumprimento do Item 8.22 do Termo de Referência

### 3.2. Dos Fundamentos do Recurso

#### a) Da Ausência de Cópia da Carta ou Registro Sindical

O Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 90008/2024 exige a apresentação de cópia da Carta ou Registro Sindical a qual a empresa se declara enquadrada, veja:

*8.36 O licitante deve apresentar juntamente com a proposta de preços:*

*a.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;*

***a.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;***

O Edital também traz essa exigência:

*4.16. O licitante deve apresentar juntamente com a proposta de preços:*

*a.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;*

***a.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;***

Ocorre que, em claro descumprimento do instrumento convocatório, não consta no rol de documentos apresentados pela empresa o documento exigido no procedimento, que deveria ter sido apresentado juntamente com a proposta de

preços. Essa é uma exigência reforçada pelo Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1.207/2024, veja:

*9.2.3. de modo a resguardar o interesse da Administração Pública, bem como buscar garantir a proteção do trabalhador terceirizado, o edital licitatório deve contemplar dispositivos que estabeleçam:*

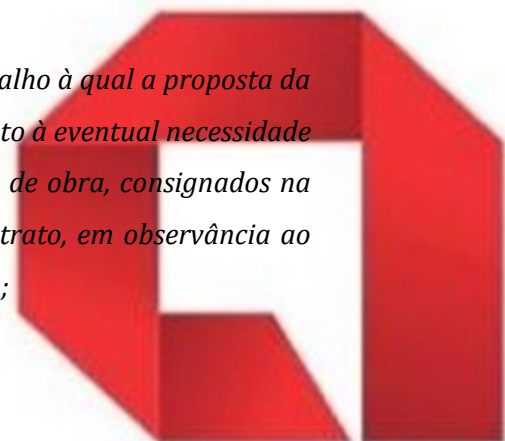
*9.2.3.1. a exigência para que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;*

***9.2.3.2. a exigência para que o licitante apresente cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;***

*9.2.3.3. a responsabilidade da empresa licitante nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021;*

*9.2.3.4. a responsabilidade exclusiva da empresa contratada pelo cometimento de erro ou fraude no enquadramento sindical e pelo eventual ônus financeiro decorrente, por repactuação ou por força de decisão judicial, em razão da necessidade de se proceder ao pagamento de diferenças salariais e de outras vantagens, ou ainda por intercorrências na execução dos serviços contratados, resultante da adoção de instrumento coletivo do trabalho inadequado;*

*9.2.3.5. a aderência à convenção coletiva do trabalho à qual a proposta da empresa esteja vinculada para fins de atendimento à eventual necessidade de repactuação dos valores decorrentes da mão de obra, consignados na planilha de custos e formação de preços do contrato, em observância ao disposto no inc. II do art. 135 da Lei 14.133/2021;*



No Acórdão<sup>2</sup>, o Tribunal de Contas da União traz a importância da exigência de cópia da Carta Sindical, veja:

*E dever da Administração Pública, por força dos princípios da legalidade e da unicidade sindical, adotar, para cada ocupação, uma única convenção coletiva de trabalho, promanada do sindicato da ocupação. **Para verificar a convenção coletiva de trabalho que rege as relações de trabalho de determinada ocupação é necessário solicitar a carta sindical, que contém o nome da ocupação representada pelo sindicato e área de abrangência da representação sindical, e, por conseguinte, da convenção coletiva de trabalho.***

*A solicitação da carta sindical - para verificação do enquadramento sindical - e a verificação da convenção coletiva de trabalho são medidas antecedentes e de planejamento da licitação, que evitam problemas futuros e até a análise de pedidos de repactuação, que são frequentes quando há indicação de convenção coletiva de trabalho incorreta, pelas empresas.*

[...]

*A carta ou registro sindical é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que concede personalidade jurídica sindical para as entidades que cumprem as formalidades legais, habilitando-as para a **representatividade legal da categoria.***

*Por meio da carta sindical, será possível identificar a base territorial do sindicato, verificar a razão social do sindicato e a categoria que o sindicato representa e sua abrangência, o que permite entender o enquadramento sindical da empresa.*

*Não há custos ou burocracia para obter uma cópia desse documento, disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego, bastando digitar o número do CNPJ do sindicato para a emissão da carta, **de modo que essa exigência não apresenta caráter restritivo.***

[...]

*Cabe destacar que a exigência de apresentação da carta sindical não deve ser confundida com a exigência de apresentação do Certificado de*

---

<sup>2</sup> Ver em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/acordao-completo/ACORDAO-COMPLETO-2662073>

*Regularidade Sindical, que é vedada por esta Corte de Contas ([Acórdão 1979/2006-TCU-Plenário](#), rel. Min. Walton Alencar Rodrigues).*

Diante da ausência de documentação exigida no instrumento convocatório, bem como a sua importância, conforme descrito no Acórdão nº 1309/2024 do TCU; requeremos, desde já, que a empresa seja declarada desclassificada do certame, em decorrência do princípio da legalidade, da vinculação ao edital, da segurança jurídica e da igualdade.

**b) Ausência de comprovação das alíquotas utilizadas para PIS e COFINS**

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre **o aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS)**<sup>3</sup>.

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, citem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes<sup>4</sup>, podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, aluguéis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

---

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>

<sup>4</sup> As Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, tratam do regime de apuração de incidência não cumulativa das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).



**Para a comprovação das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.**

Ocorre que a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. apresentou em sua Planilha de Custos e Formação de Preços alíquotas de PIS e COFINS de 0,65% e 3%, respectivamente, isto é, inferiores as alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS); contudo, em nenhum momento apresentou documentos hábeis a comprovar/demonstrar as alíquotas médias efetivas.

Na realidade, as alíquotas apresentadas pela empresa se referem ao lucro presumido; contudo, a empresa alegou se referir ao lucro real, a partir das médias efetivas, o que deve ser demonstrado.

A demonstração é importante para comprovar que a empresa não se utilizou de mera declaração de adoção de regime tributário com o objetivo de se beneficiar durante o procedimento licitatório.

Se o caso for esse, a empresa conseguiu obter vantagem desproporcional em relação aos demais licitantes que cotou corretamente as suas alíquotas, o que torna primordial a abertura de diligência para a verificação do demonstrativo das alíquotas médias efetivas.

Deste modo, caso a empresa não seja considerada desclassificada ou inabilitada pelos motivos expostos nesse Recurso, requeremos que seja aberta diligência para a comprovação das alíquotas médias efetivas, a partir da apresentação de documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil considerado pelo Pregoeiro.

**c) Ausência de Balanço Patrimonial e de Demonstrativos Contábeis dos dois últimos exercícios**

Dentre os documentos de habilitação exigidos no procedimento, o Termo de Referência traz o seguinte referente à qualificação econômico-financeira:

**Qualificação Econômico-Financeira**

8.20. *certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;*

8.21. *certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);*

**8.22. *balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;***

8.22.1. *índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

8.22.2. *capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;*

8.22.3. *patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;*

8.22.4. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*

8.22.5. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

8.22.6. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.8.*

8.23. *Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo II deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:*

8.23.1. *a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e*

8.23.2. *caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja*



*superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.*

A exigência de apresentação dos balanços patrimoniais referentes aos dois últimos exercícios sociais é oriunda da Lei nº 14.133/2021, em seu art. 69, I, o que demonstra a legalidade da sua exigência.

Acontece que a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. só apresentou o balanço patrimonial referente ao exercício de 2023, e não dos últimos dois exercícios sociais.

A ausência da documentação afronta o princípio da vinculação ao edital que traz essa exigência expressamente. A sua ausência prejudica, ainda, a conferência dos demais requisitos do item 8.20 do Termo de Referência, o que impede verificar os demonstrativos, o capital circulante ou capital de giro mínimo exigido, bem como o patrimônio líquido de, no mínimo, 10% do valor da contratação.

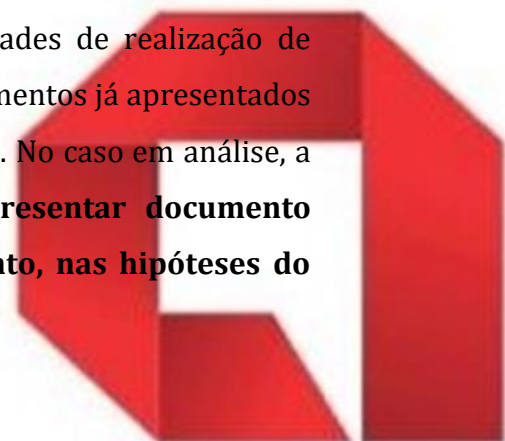
Além disso, de acordo com o Edital não é possível mais apresentar tal documentação, veja:

*8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):*

*8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;*

*8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;*

O edital é muito claro ao descrever as possibilidades de realização de diligência: complementação de informações acerca de documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado. No caso em análise, a licitante PROCLIMA ENGENHARIA LTDA. **deixou de apresentar documento exigido no procedimento, não se enquadrando, portanto, nas hipóteses do item 8.13 do Edital.**



Acreditamos que a habilitação do licitante sem a observância dos documentos e informações faltantes não passe de um mero erro procedimental do Pregoeiro, o que ainda pode e deve ser corrigido a partir dessa peça recursal.

Diante dos fatos e fundamentos acima apontados, requeremos a inabilitação do licitante por ausência de documentos exigidos no procedimento, afrontando, portanto, o princípio da vinculação ao edital, da legalidade e da igualdade.

#### **4 DO PEDIDO**

Diante de todo o exposto, requer:

- a) O recebimento, processamento e provimento do presente recurso;
- b) A anulação dos atos de habilitação e classificação da empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA., determinando-se a sua desclassificação e inabilitação do certame, por descumprimento dos requisitos do edital, conforme demonstrado, e, em atendimento ao que determina o item 8.13 do Edital;
- c) A reavaliação das propostas das demais licitantes, por ordem de classificação, conforme determina o item 8.15 do Edital.
- d) Que, caso a empresa não seja considerada desclassificada ou inabilitada pelos motivos expostos nesse Recurso, seja aberta diligência para a comprovação das alíquotas médias efetivas, a partir da apresentação de documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil considerado pelo Pregoeiro.

Nesses termos, pede deferimento.

Fortaleza/CE, 01 de outubro de 2024.

---

**ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**

**CNPJ nº 11.774.942/0001-43**

Marcos Romeu Mouta França

Gerente Comercial







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

## Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/189.650-6	CEN2318145314	20/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
913.694.013-53	MARCELO SOARES TEIXEIRA	23/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
060.751.843-09	MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILLO	20/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Junta Comercial do Estado do Ceará



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 2/10

**ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**  
**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL**

**MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILO**, brasileira, natural de Fortaleza, Ceará, Casada, regime de comunhão de bens, nascida em 25 de Julho de 1993, Empresária, portadora do CPF 060.751.843-09, documento de identidade 2005010242564 SSPDS/CE, domiciliada e residente na Rua AGAPITO DOS SANTOS, 618 – Centro – Fortaleza/Ceará e CEP: 60.010-250.

Única sócia da Sociedade Empresária Limitada, **ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, com sede **Rua Edgar Pinho Filho, 360 – Vila União, CEP: 60.410-732, Fortaleza, Ceará**, devidamente registrada na JUCEC sob o nº **23600144649** e C.N.P.J. (MF):11.774.942/0001-43, resolve realizar as alterações ao Contrato Social, conforme cláusulase condições seguintes.

Primeira – Ingressa na Sociedade Empresária Limitada, na qualidade sócio com capital o Sr. **MARCELO SOARES TEIXEIRA**, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresário, nascido em 20/10/1981, portador do **documento de identidade 02730778820 DETRAN/CE** e **CPF: 913.694.013-53**, residente e domiciliado a Rua Vicente Lopes, 400 – Casa 26 – Bairro: Cidade dos Funcionários – CEP: 60.822-104 – Fortaleza/Ceará.

Segunda – Retira-se da sociedade a Sócia **MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILO**, portadora de 500.000 (Quinhentas mil) quotas, cada uma no valor nominal de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 500.000,00 (Quinhentas mil reais), transferindo neste ato por venda para o sócio ingressante o Sr. **MARCELO SOARES TEIXEIRA** dando plena e geral quitação por usas quotas partes, nada tendo a cobrar do sócio remanescente.

Terceira – Com a transferência das quotas para o sócio ingressante o Capital Social é de 500.000 (Quinhentas mil), quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada, totalizando R\$ 500.000,00 (Quinhentas mil Reais), totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, ficará distribuído da seguinte forma:

**SÓCIOS:**

<b>Integrante</b>	<b>PERC</b>	<b>QUOT.</b>	<b>VALOR R\$</b>
<b>MARCELO SOARES TEIXEIRA</b>	<b>100%</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100%</b>	<b>500.000</b>	<b>500.000,00</b>

Quarta – Por este ato também, o sócio que se retira dá a mais ampla e rasa quitação de seus direitos, nada mais tendo a reclamar em tempo algum quanto a seus direitos na sociedade.

Quinta – Na Sociedade Empresária Limitada, a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela a integralização do Capital Social. Art. 1052 do Código civil (Lei nº 10.406/2002).

Sexta – A Administração da Sociedade será exercida pelo sócio **MARCELO SOARES TEIXEIRA**, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em...



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/10

**ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL (CONSOLIDADO)**

...favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização da Sócio.

Sétima – O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

**Oitava - Á Vista da modificação ora ajustada consolida-se o contrato social, passando a vigorar o registrado neste instrumento, com a seguinte redação:**

**ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL (CONSOLIDADO)**

**MARCELO SOARES TEIXEIRA**, Casado, sob o regime de comunhão parcial de bens, Empresário, nascido em 20/10/1981, portador do **documento de identidade 02730778820 DETRAN/CE e CPF: 913.694.013-53**, residente e domiciliado a Rua Vicente Lopes, 400 – Casa 26 – Bairro: Cidade dos Funcionários – CEP: 60.822-104 – Fortaleza/Ceará. .

Único sócio da Sociedade Empresária Limitada, **ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, com sede **Rua Edgar Pinho Filho, 360 – Vila União, CEP: 60.410-732, Fortaleza, Ceará**, devidamente registrada na JUCEC sob o nº **23600144649** e C.N.P.J. (MF):11.774.942/0001-43. Consolida o presente instrumento:

**PRIMEIRA - A Entidade Empresária Limitada gira sob a denominação: ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**

**Parágrafo Primeiro** – A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do país, se assim, em conjunto decidirem os sócios, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**SEGUNDA - A Empresa tem sua Sede a Rua Edgar Pinho Filho, 360 – Vila União, CEP: 60.410-732, Fortaleza, Ceará.**

**TERCEIRA – O seu OBJETO SOCIAL É: FORNECIMENTO E GESTAO DE RECURSOS HUMANOS PARA TERCEIROS, MANUTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS E APARELHOS DE REFRIGERACAO E VENTILACAO PARA USO INDUSTRIAL E COMERCIAL, PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS, APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES, TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET, ARRENDAMENTO MERCANTIL, LOCACAO DE MAO DE OBRA TEMPORARIA, LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS E ATIVIDADES PAISAGISTICAS.**





**ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA**  
**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL (CONSOLIDADO)**

**QUARTA** - O Capital Social é de R\$ 500.000,00 (Quinhento mil reais), dividido em 500.000 (Quinhentos mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (UM REAL) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, distribuído da seguinte forma:

<b>Integrante</b>	<b>COTAS</b>	<b>%</b>	<b>VALOR R\$</b>
<b>MARCELO SOARES TEIXEIRA</b>	<b>500.000</b>	<b>100</b>	<b>500.000,00</b>
<b>Total</b>	<b>500.000</b>	<b>100</b>	<b>500.000,00</b>

**QUINTA** - A entidade iniciou suas atividades em 01 de março de 2010 e seu prazo é por tempo indeterminado.

**SEXTA** - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento devido, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, o direito de preferência para a sua aquisição.

**SÉTIMA** - Na Sociedade Empresária Limitada, a responsabilidade de cada Sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela a integralização do Capital Social. **Art. 1052 do Código civil (Lei nº 10.406/2002).**

**OITAVA** - A Administração da Empresa é exercida pelo sócio, **MARCELO SOARES TEIXEIRA** com poderes a atribuições de administrar e representar a Entidade ativa e passiva, judicial e extrajudicial, estando os mesmos autorizados ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades, estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor próprio ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da Entidade. **(artigos 997, VI; 1.013. 1.015, 1064, CC/2002).**

**NONA** – Os membros da administração poderão fazer jus a uma retirada mensal, a título de “Pró-Labore”, fixada por consenso deles, considerando a situação financeira e econômica da Sociedade.

**DECIMA** - O balanço geral será levantado em 31 de Dezembro de cada ano, cabendo ao titular da entidade, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas.

**DÉCIMA PRIMEIRA** - Fica eleito o foro do Fortaleza para qualquer ação fundada neste contrato.

**DÉCIMA SEGUNDA** - Falecendo ou sendo interditado o titular da empresa, a Empresa continuará com seus herdeiros ou sucessores, não sendo possível ou inexistindo interesse, apurar-se-ão os haveres em balanço geral, que se levantará, conforme entendimento vigente.

**DÉCIMA TERCEIRA** – O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da entidade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro



***ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA  
PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO SOCIAL (CONSOLIDADO)***

..nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002).

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em 01 (Uma) via de igual forma e teor, sendo a primeira via arquivada na **MM JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ – JUCEC**.

Fortaleza, CE 09 de novembro de 2023.

---

**MARCELO SOARES TEIXEIRA**  
SÓCIO ADMINISTRADOR

---

**MAYARA CAVALVANTE DOLIVEIRA AUSTREGESILLO**  
SÓCIA RETIRANTE



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

  
LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 6/10



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/10



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
23/189.650-6	CEN2318145314	20/11/2023

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
913.694.013-53	MARCELO SOARES TEIXEIRA	23/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
060.751.843-09	MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILLO	20/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Junta Comercial do Estado do Ceará



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 8/10







Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM  
Governo do Estado do Ceará  
Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Ceará  
Junta Comercial do Estado do Ceará

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL





Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, de CNPJ 11.774.942/0001-43 e protocolado sob o número 23/189.650-6 em 23/11/2023, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6418889, em 27/11/2023. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Haroldo Fernandes Moreira.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Lenira Cardoso de Alencar Seraine. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucec.ce.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
060.751.843-09	MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILLO	20/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
913.694.013-53	MARCELO SOARES TEIXEIRA	23/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

### Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
913.694.013-53	MARCELO SOARES TEIXEIRA	23/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		
060.751.843-09	MAYARA CAVALCANTE DE OLIVEIRA AUSTREGESILLO	20/11/2023
Assinado utilizando assinaturas avançadas  		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 09/11/2023



Documento assinado eletronicamente por Haroldo Fernandes Moreira, Servidor(a) Público(a), em 27/11/2023, às 10:17.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucec](https://portalservicos.jucec.ce.gov.br) informando o número do protocolo 23/189.650-6.



Junta Comercial do Estado do Ceará

Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.

LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 9/10



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO CEARÁ

## Registro Digital

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
236.117.073-68	LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE

Junta Comercial do Estado do Ceará

Fortaleza. segunda-feira, 27 de novembro de 2023



Junta Comercial do Estado do Ceará








Certifico registro sob o nº 6418889 em 27/11/2023 da Empresa ATHOS ASSESSORIA E SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA, CNPJ 11774942000143 e protocolo 231896506 - 23/11/2023. Autenticação: B8F3C1C599DFAAC575C578524497E5998C797CCA. Lenira Cardoso de Alencar Seraine - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucec.ce.gov.br> e informe nº do protocolo 23/189.650-6 e o código de segurança 0Pgi Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 27/11/2023 por Lenira Cardoso de Alencar Seraine Secretária-Geral.








LENIRA CARDOSO DE ALENCAR SERAINE  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/10



		<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO					
<b>CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN</b>							
2 <sup>a</sup> 1 <sup>a</sup> NOME E SOBRENOME <b>MARCOS ROMEU MOUTA FRANCA</b>				1 <sup>a</sup> HABILITAÇÃO <b>04/01/2003</b>			
		3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO <b>20/02/1984, FORTALEZA, CE</b>					
		4a DATA EMISSÃO <b>26/10/2022</b>	4b VALIDADE <b>29/09/2032</b>	ACC 	<b>D</b>		
		4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF <b>2000010350439 SSPDC CE</b>					
		4d CPE <b>000.128.763-05</b>	5 Nº REGISTRO <b>02683948202</b>	3 CAT HAB <b>AB</b>			
		NACIONALIDADE <b>BRASILEIRO</b>					
		FILIAÇÃO <b>JOSE FRANCA</b>					
		<b>EDITE MOUTA FRANCA</b>					
7 ASSINATURA DO PORTADOR							

9	10	11	12
ACC 			
A 		29/09/2032	
A1 			
B 		29/09/2032	
B1 			
C 			
C1 			

9	10	11	12
D 			
D1 			
BE 			
CE 			
C1E 			
DE 			
D1E 			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
FORTALEZA, CE

ASSINADO DIGITALMENTE

---

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

S661862848

CE189600730

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAM**

2. 2. 1. Nome e Sobrenome / Name / Birthname / Nome e Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - 11. Filiação / Filialción - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

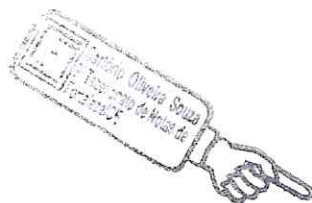
I<BRA026839482<026<<<<<<<<<<  
8402208M3209295BRA<<<<<<<<<4  
MARCOS<<ROMEU<MOUTA<FRANCA<<<

## PROCURACAO

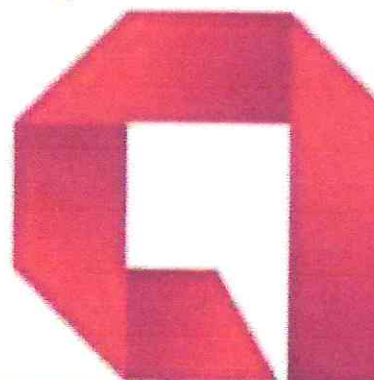
**OUTORGANTE: ATHOS ASSESSORIA E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 11.774.942/0001-43, sediada na Rua Edgar Pinho Filho, 360 Bairro Vila União — Fortaleza - Ceará, neste ato representada por seu sócio o Sr. MARCELO SOARES TEIXEIRA, brasileiro, natural de Fortaleza, Ceará, Casado, regime de comunhão de bens, Empresário, portador do CPF 913.694.013-53, documento de identidade 2000005045461 SSPDS/CE, domiciliado e residente na Rua Vicente Lopes, 400 — Cidade dos funcionários — Fortaleza/Ceará e CEP: 60822-100.

**OUTORGADO: Marcos Romeu Mouta França**, brasileiro, gerente comercial, casado, residente e domiciliado em Fortaleza — CE, Portadora do RG nº 2000010350439 SSP-CE e CPF nº 000.128.763-05.

**PODERES:** Plenos poderes irretratáveis e irrevogáveis para fins de representar o OUTORGANTE, perante as repartições Públicas em Geral, em todos os assuntos de seu interesse, podendo formular ofertas e lances de preços, participar de reuniões de licitações do tipo concorrências, tomada de preços, carta convites, pregão presencial e eletrônico e demais modalidades, elaborar e assinar propostas, podendo também assinar contratos e/ou aditivos, propor lances verbais de preços, interpor recursos, assinar atas e praticar todos os atos em nome da outorgante.



*Marcelo Soares Teixeira*  
**Athos Assessoria e Serviços Terceirizados**  
**Marcelo Soares Teixeira**  
**RG nº 2000005045461**  
**CPF nº 913.694.013-53**



CEARA

LOCAL: FORTALEZA, CE

06906579511  
CE193301610

ASSINATURA DO EMISSOR  
MICHEL MOURÃO MATOS  
SUPERINTENDENTE

12 OBSERVAÇÕES

CI	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
DE												
CE												
BE												
DI												
ACC												

2585799619

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º 1 NOME E SOBRENOME  
MARCELO SOARES TEIXEIRA

1ª HABILITAÇÃO  
12/01/2003

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
20/10/1981 ITAPIPOCA/CE

4a DATA EMISSÃO  
14/04/2023

5a VALIDADE  
13/04/2033

ACC **D**

6a DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
2000005045461 SSPDS CE

7a CPF  
913.694.013-53

8 Nº REGISTRO  
02730778820

9 CAT. HAB.  
AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO

FILIAÇÃO  
JOSE MARIA LINHARES TEIXEIRA  
FRANCISCA CORREIA SOARES

2585799619